

País deve propor refinanciamento de US\$ 6,5 bilhões aos credores

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

A equipe negociadora da dívida externa brasileira está trabalhando com o valor de US\$ 6,5 bilhões para a necessidade de financiamento de parte dos juros vencidos em 1987 (US\$ 3,4 bilhões) e parte dos juros a vencer neste ano (US\$ 3,1 bilhões). Esta foi a última proposta apresentada aos bancos credores e não contempla qualquer refinanciamento para os juros que vão vencer em 1989.

No encurtamento do prazo para o refinanciamento é que se encontra a maior parte da diferença entre a proposta levada aos bancos pela equipe negociadora que trabalhava com o ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira — o valor então somava US\$ 11,5 bilhões e atingira o período de 1987 a 1989 — e o montante que está sendo agora negociado pelo governo, sob a orientação do ministro Mailson Ferreira da Nóbrega.

Nos números de Bresser Pereira, a contribuição dos bancos credores para viabilizar o pagamento da totalidade dos juros devidos estava assim distribuída: US\$ 3,4 bilhões em 1987, US\$ 3,7 bilhões em 1988 e US\$ 4,4 bilhões em 1989. O valor referente a 1989 desapareceu da proposta brasileira e ainda houve uma ligeira redução de US\$ 3,7 bilhões para US\$ 3,1 bilhões para o refinanciamento dos juros devidos aos bancos neste ano.

A diferença de US\$ 600

milhões deve ser basicamente coberta com divisas adicionais que estão sendo agora projetadas para a balança comercial deste ano. Em torno do saldo comercial projetado — número fundamental para traçar as contas do balanço de pagamentos e, por conseguinte, a necessidade de refinanciamento para os juros da dívida externa — é que se concentra um dos pontos de divergência entre o comitê de bancos credores e a equipe técnica brasileira.

DEMANDA INTERNA

Na proposta anterior, do ex-ministro Bresser Pereira, o saldo comercial de 1988, na melhor das hipóteses, não ultrapassaria os US\$ 10,4 bilhões. Mas dois fatos acenderam as atenções dos credores, que passaram a considerar como subestimada aquela projeção: o saldo de US\$ 11,152 bilhões obtido em 1987 e, ainda, a tendência mais nítida de arrefecimento da economia interna brasileira.

Quanto mais cair o nível da renda interna, mais produtos passam a ser destinados aos consumidores externos, ampliando o volume das exportações. Por outro lado, quanto menor o crescimento econômico do País menos produtos são demandados do exterior. A expectativa agora, não só dos credores, mas também do próprio governo brasileiro, é de que o País não terá fôlego para crescer acima da taxa de 3,5% estimada preliminarmente para a variação do Produto Inter-

no Bruto (PIB) no ano passado. Conforme indicou na sexta-feira a este jornal uma importante fonte do governo, "a estimativa para o comportamento da demanda interna neste ano é, de todas, a projeção mais bem guardada".

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, viajou neste último sábado para os Estados Unidos, onde vai ter contatos com os bancos credores e com representantes do governo norte-americano. É possível que, no decorrer das negociações, haja ainda revisão do valor referente ao refinanciamento dos juros. "Os bancos não estão fechados em torno da contraproposta que apresentaram e, do lado do Brasil, também há disposição para continuar a negociação", observou a fonte governamental. Mas o governo brasileiro não parece disposto, por enquanto, a ceder na reivindicação de desvincular do acordo com os bancos um eventual entendimento que venha a ter com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A equipe do Ministério da Fazenda espera que o governo dos Estados Unidos participe mais ativamente para convencer os bancos a aca-

tar a posição brasileira com relação ao FMI.

RESERVAS

De todo o modo, as últimas projeções das contas externas já não trabalham mais com a hipótese anterior que previa um ingresso de US\$ 1,5 bilhão para 1988 por parte do FMI. Aquele valor daria para zerrar as despesas deste ano referentes a compromissos assumidos com o FMI no passado (cerca de US\$ 1,1 bilhão) e ainda haveria sobras para recomposição da reserva internacional. Acredita-se agora, no Banco Central, que um eventual acordo com o FMI neste ano não trará recursos suficientes nem para cobrir o pagamento dos US\$ 1,1 bilhão.

Assim, a expectativa anterior para o nível das reservas internacionais — medidas pelo conceito de caixa, ou seja, de disponibilidade imediata — já não consta das últimas projeções. A proposta anterior previa que 1988 fechasse com pelo menos US\$ 7 bilhões em caixa. Mas o BC imagina agora que não venha a ultrapassar muito os US\$ 5 bilhões. No ano passado, o País contabilizou cerca de US\$ 4,4 bilhões em reserva.